

UNICAB

União Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Camelôs, Feirantes e Ambulantes do Brasil

São Paulo, 12 de Julho de 2019.

Carta compromisso às/aos deputadas/os federais aliados da luta dos/as trabalhadores/a ambulantes, camelôs e Feirantes do Brasil,

Cara/o Deputada/o,

A União Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores Ambulantes, Camelôs e Feirantes do Brasil – UNICAB atua desde 2011 articulando organizações representativas de trabalhadoras/es vendedores (as) ambulantes do país para fortalecer nos níveis municipais e federal, onde se trava a batalha pelo direito ao trabalho nas cidades, a luta em defesa de nossos direitos e pelo fim da criminalização e deslegitimação a que estamos sujeitos.

Nós trabalhadoras e trabalhadores camelôs, feirantes ambulantes, brasileiros, alinhados à luta internacional de companheiros vendedores/as de rua do mundo inteiro, vivemos na pele a falta de democracia e violação de direitos por parte dos poderes públicos que expressam em suas políticas urbanas ideais excludentes, desumanos e que colocam o dinheiro a cima da vida. Pedimos apoio à vossa excelência que enxerga nosso trabalho como um trabalho digno, grande gerador de emprego e renda e movimentador da economia popular desse país. Apresentamos a seguir os principais desafios enfrentados pela nossa categoria de trabalhadoras/es para conheça buscando o comprometimento de vossa excelência com certeza que levará adiante o diálogo e a construção coletiva de políticas públicas que garantem os direitos e a dignidade dos/as trabalhadores/as no comércio informal.

Os processos de exclusão e criminalização do trabalho ambulante se intensificaram gravemente com a mercantilização dos espaços urbanos públicos vistam nos últimos anos, ao mesmo tempo em que o aumento dos índices de desemprego leva o/a trabalhador/a – que precisa garantir o sustento de sua família – às ruas para comercializar mercadorias e assim buscar sua sobrevivência.

A criação do Micro Empreendedor individual - MEI, por mais que tenha sido uma grande conquista do ponto de vista de seguridade social e de formalização de nossa atividade, não garante o direito ao trabalho no solo urbano, que reside sob direito administrativo público dos municípios. As licenças, permissões e alvarás, quando emitidas, o que é cada vez mais raro, são títulos precários e discricionários que podem ser revogados por qualquer gestão municipal, de acordo com sua vontade. Sabemos que sem a luta

coletiva da nossa categoria, não se conquistam leis municipais inclusivas e participativas, e pensar o ambulante como pequeno empreendedor individual, na prática, significa a descoletivização de seu modo de se perceber no mundo. Esse trabalhador precarizado, sem direitos trabalhistas e sem reconhecimento da contribuição que faz para a economia das cidades, no momento em que se vê como pequeno negociante e não como classe trabalhadora, está minada qualquer possibilidade de que alcancemos políticas que garantem a concessão da terra urbana para que se possa trabalhar com dignidade.

Ficamos reféns de políticas clientelistas de vereadores/as que garantem licenças e concessões em troca de voto, e cada mudança de gestão municipal, todas as garantias caem por terra. Já é hora do movimento popular e trabalhista enfrentar os desafios colocados à organização política dos/as trabalhadores/as da economia informal, entenderem que existem novas práticas coletivas de disputa de correlação de forças que vão além das estratégias do modelo produtivo formal e que se travam no território urbano, expandirem a compreensão da heterogeneidade desse setor e reconhecerem a potência que existe na luta desses/as trabalhadores/as pelo direito ao trabalho e na construção de uma economia popular.

Algumas centrais sindicais comprometidas com a classe trabalhadora vêm mostrando abertura e sendo parceiras na nossa trajetória, mas ainda de forma periférica e longe das estratégicas, apesar do que ocorre a passos largos com o emprego formal no Brasil e no mundo, e do aumento exponencial dessa categoria de trabalhadores/as.

Não se trata de aderir a reforma trabalhista golpista e se contentar em amortecer os efeitos da precarização em massa, e sim reconhecer esses/as trabalhadores/as que contribuem diariamente para economia popular e que insistem em continuar trabalhando dignamente todos os dias, criando e buscando alternativas de sobrevivência apesar das dificuldades de inserção no mercado formal.

Em 2017 a OIT aprovou a Recomendação 204 que prevê uma série de passos para a garantia da dignidade do trabalho na economia informal em quatro eixos principais: liberdade de associação, diálogo social, trabalho decente e seguridade social. Lembramos o disposto na carta mundial pelo direito à cidade, a qual o Brasil aderiu no ano de 2005:

“ As Cidades devem promover a integração progressiva do comércio informal que realizam as pessoas de baixa renda ou desempregadas, evitando sua eliminação e repressão. Também se disponibilizarão espaços destinados para o comércio informal e políticas adequadas para sua incorporação á

economia urbana.” (Carta mundial pelo Direito à Cidade, Artigo XV, ponto 5) A Nova Agenda Urbana, processo resultante da Habitat III das Nações Unidas mantem esse entendimento em seu documento final.

Se faz urgentemente necessário, na mesma linha de nossos(as) companheiros(as) catadores de materiais recicláveis que conquistaram a política Nacional do Resíduo Sólido, a construção de uma política nacional do trabalho ambulante/economia popular das cidades. Existem exemplos em diversos países, como Índia, de políticas nacionais como essa. O trabalho no comércio de rua existe, deve ser legitimado e reconhecido e não tratado como desvio do mercado formal do qual só lhe cabe ser reinserido. Somos trabalhadores (as) e queremos contribuir na construção de um projeto popular de país. Na certeza do comprometimento, diálogo e construção coletiva para uma Política Nacional do Trabalho Ambulante/Economia Popular das Cidades.

Agradecemos, União Nacional de Trabalhadores/as Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil – UNICAB Associação dos Barraqueiros da Área externa no Mineirão - ABAEM (MG); Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba - AMEG (PB); Associação Feira Rua da Praia – ASFERAP (RS); Associação dos Ambulantes do Gasômetro (RS); Sindicato dos Barraqueiros da Bahia - Sindibaq (BA); Fórum dos Ambulantes de São Paulo (SP); JACIARA – Associação das Trabalhadoras, Trabalhadores e Ambulantes Do Corre (SP); Movimento Unido dos Camelôs – MUCA (RJ); Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal do Recife – SINTRACI (PE), Sindifeiras Manaus (AM) Contato: Maira Vannuchi (assessora)/maiaravannuchi@gmail.com / tel. (11)991186558; Severino Souto (assessor) / severinosoutoalves@gmail.com / tel. (81) 986282665 Belloto – PE (coordenador nacional)/(81) 986267911; Valdina Silva – SP (coordenadora nacional)/ divasilva605@gmail.com / (11)984351513; Maria dos Camelôs – RJ (coordenadora nacional/ mariadoscamelos@yahoo.com.br / (21) 993889014; Juliano Fripp – RS (coordenador nacional / julainofripp@hotmail.com / (51)981308788; Pitty – BA (coordenadora nacional / (71) 981895266